

BIOGRAFIA DE UMA JOVEM SEMIANALFABETA: ABANDONO ESCOLAR, POBREZA E FOME

BIOGRAPHY OF A YOUNG SEMI-LITERATE: SCHOOL ABANDONMENT, POVERTY AND HUNGER

BIOGRAFÍA DE UNA JOVEN ANALFABETA: ABANDONO ESCOLAR, POBREZA Y HAMBRE

Josabete Bezerra Cacau Amorim¹
Lia Machado Fiuza Fialho²

Resumo

A pesquisa objetivou compreender a biografia de uma jovem semianalfabeta na interface com suas experiências de abandono escolar, pobreza e fome. Com suporte teórico da História Cultural, na perspectiva do tempo presente, realizou-se um estudo científico por intermédio da metodologia da História Oral biográfica. As narrativas orais da jovem evidenciaram uma família desassistida, vivências de pobreza extrema, negligência parental, trabalho infantil, evasão escolar e gravidez precoce. Esses aspectos, em especial a fragilização de vínculos parentais e a pobreza, culminaram na necessidade de trabalhar, na descontinuidade dos estudos e na maternidade aos 15 anos. O negligenciamento parental e a ausência de políticas públicas interventivas impossibilitavam o desenvolvimento de objetivos de vida com vistas a um futuro melhor.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Evasão escolar; Negligência parental; Trabalho infantil.

Abstract

The research aimed to biograph a young semi-literate girl at the interface with her experiences of school dropout, poverty, and hunger. With theoretical support from cultural history of this time, a scientific study was conducted using the methodology of biographical Oral History. The young woman's oral narratives showed an unassisted family, experiences of extreme poverty, parental neglect, child labor, school dropout and early pregnancy. These aspects, the weakening of parental ties and poverty, culminated in the need to work, discontinue studies and maternity at the age of 15. The immediacy of hunger and the absence of public intervention policies made it impossible to establish a plan striving for a better future.

Keywords: Public policy; School dropout; Parental neglect; Child labor.

Resumen

La investigación tuvo como objetivo comprender la biografía de una joven semianalfabeta en la interfaz con sus experiencias de abandono escolar, pobreza y hambre. Teóricamente basado en la Historia Cultural

¹Mestre em Planejamento e Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Assistente Social na Prefeitura Municipal de Maracanaú, lotada na Secretaria de Assistência Social e Cidadania como técnica da Vigilância Socioassistencial na Coordenadoria de Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-0808-5657>.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4295540156110634>. E-mail: josabetecacau@yahoo.com.br.

²Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora Adjunta do Centro de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (PPGE/UECE). Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-0393-9892>.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4614894191113114>. E-mail: lia_fialho@yahoo.com.br.

del tiempo presente, se realizó un estudio científico mediante una metodología de la Historia Oral Biográfica. Los relatos orales de la joven evidenciaron una familia sin ayuda, experiencias de pobreza extrema, negligencia de los padres, trabajo infantil, deserción escolar y embarazo precoz. Estos aspectos, en particular el debilitamiento de los lazos parentales y la pobreza, culminaron en la necesidad de trabajar, en la suspensión de los estudios y en la maternidad a los 15 años. El inmediatez del hambre y la ausencia de políticas públicas intervenidas imposibilitaban la constitución de un plan con vistas a un futuro mejor.

Palabras clave: Políticas públicas; Abandono de escuela; Descuido de los padres; Trabajo infantil.

Introdução

Partindo da tentativa de compreender a vida e o cotidiano de pessoas na condição de pobreza e fome, mais especificamente, com o mote de entender melhor os motivos que levaram uma jovem a abandonar a escola, constituir família aos 12 anos de idade e enfrentar vários desafios para conseguir alimentação, realizou-se um estudo situado na história do presente (Ferreira, 2002), com tipologia biográfica (Dosse, 2009), que permitiu levar em consideração as subjetividades da jovem biografada e discutir com maior riqueza de detalhes as suas narrativas oralizadas, bem como o modo como ela foi se tornando pouco visível pelo poder público e desassistida de políticas educacionais e sociais.

Ao eleger o estudo biográfico, valorizou-se o que há de singular nas percepções da biografada, no imbricamento indissociável entre o individual e o coletivo. Fomentou-se visibilidade às questões macrossociais, como é o caso da fome e da evasão escolar, partindo das particularidades que as envolvem no âmbito microssocial da educação formal e informal.

Com aporte teórico na História Cultural (Burke, 2011), utilizou-se a metodologia da História Oral (Ferreira, 2002) para tornar factível constituir uma narrativa biográfica de uma jovem em situação de vulnerabilidade social do município de Maracanaú. Essa escolha teórico-metodológica se fez pertinente por permitir evidenciar relevantes interpretações educacionais e socioculturais a partir da colaboração de sujeitos históricos por vezes marginalizados socialmente (Thompson, 1998), que estão destituídos de direitos básicos e silenciados pelo estigma da inferioridade devido às condições econômicas precárias e à exclusão social (Simões, 2010).

Salienta-se que a pesquisa do tipo biográfica, nos séculos passados, foi relegada a plano inferior de relevância no campo científico por ser considerada subjetiva,

imprecisa e pouco confiável (Le Goff, 2003). Entretanto, desde o final do século XX, já há relativo consenso acerca da sua importância, especialmente para as ciências humanas e sociais, pelo fato de ela proporcionar a ampliação da compreensão de aspectos educacionais, culturais, históricos, sociais etc. (Dosse, 2009). Somando-se a isso, “[...] atualmente há importantes trabalhos sobre as narrativas de crianças, adolescentes e jovens” (Meihy, 2002, p. 39), o que possibilita compreender que as juventudes, ao rememorar suas histórias de vida, assumem o protagonismo de si, ainda que interpeladas por uma dada conjuntura social, econômica e cultural que expressa suas facetas nas narrativas (Fialho, Machado & Sales, 2014). Em decorrência, a oralidade juvenil viabilizou estudar cientificamente a interlocução entre apoio familiar, fome, educação e pobreza à luz da história de vida de uma jovem mulher que vivenciou tais situações e que possui uma valiosa percepção sobre a realidade em que está inserida.

A jovem biografada, doravante denominada ficticiamente de Maria, foi selecionada na pesquisa pelo fato de estar frequentando, com seus três filhos, o Restaurante Popular de Maracanaú e por sequer possuir o dinheiro para a sua alimentação, R\$ 2,00 por adulto, de tal modo que, mesmo havendo equipamentos e políticas públicas de assistência social do município, ela continuava queixando-se de fome. Maria tornava-se não apenas sujeito do estudo, mas indivíduo histórico de narrativa ímpar para a compreensão da inter-relação entre o abandono escolar, a fome, a pobreza e os condicionantes da permanência nessa condição.

Interessa esclarecer que o projeto de pesquisa, antes do contato inicial com Maria, foi submetido à aprovação da Secretaria de Assistência Social e Cidadania de Maracanaú, que emitiu parecer favorável; em seguida, Maria assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que lhe assegurou esclarecimento dos objetivos da pesquisa, riscos, ausência de benefícios e sua maneira de colaboração, bem como o sigilo da identidade e a garantia de participação voluntária sujeita a interrupção a qualquer momento, como determina a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que trata da ética em pesquisa com seres humanos.

Realizaram-se três entrevistas livres, individuais (apenas com Maria e a pesquisadora entrevistadora), de aproximadamente 40 minutos cada, empreendidas em sala reservada, com boa acústica, dentro do Restaurante Popular, no período de julho de

2016 a agosto de 2018. Elas foram gravadas em equipamento digital, transcritas, textualizadas e validadas segundo a técnica geradora de estrutura do discurso (Flick, 2009). Essa técnica permite ao entrevistado que ele tenha acesso à transcrição das suas oralidades, podendo suprimir, complementar ou acrescentar informações para qualificar a pesquisa. Como se trata de um estudo biográfico, a entrevista livre teve como única orientação a solicitação de que Maria contasse tudo o que lembrava a respeito de sua história de vida.

Interessa salientar que esse tipo de pesquisa elege a memória como elemento de importância ímpar, e esta, além de seletiva, constitui-se de esquecimentos e lembranças (Nora, 1993). Dessa maneira, o mote não foi a elaboração de uma história única, inquestionável ou verdadeira, ao contrário, elaborou-se uma narrativa histórica caracterizada por não invisibilizar as subjetividades próprias das ciências humanas, valorizando-as, com vistas a possibilitar interpretações micro-históricas, as quais os estudos macro-históricos, em geral, não conseguem abarcar (Loriga, 2011). Ademais, não houve intenção de fomentar uma história linear ou passível de generalizações (Le Goff, 2003), pois importava tornar factível a compreensão do todo pela parte – afinal, as histórias individual e coletiva são indissociáveis (Burke, 2011). Ante esse entendimento, discutir analiticamente a narrativa de Maria, à luz da metodologia da História Oral, permitiu tensionar as nuances vivenciadas que impediram a realização de objetivos de vida por conta da restrita formação educacional e carência alimentar.

Percurso metodológico

Partindo da tentativa de compreender a vida e o cotidiano de pessoas na condição de pobreza e fome, mais especificamente, com o mote de entender melhor os motivos que levaram uma jovem a abandonar a escola, constituir família aos 12 anos de idade e enfrentar vários desafios para conseguir alimentação, realizou-se um estudo situado na história do presente (Ferreira, 2002), com tipologia biográfica (Dosse, 2009), que permitiu levar em consideração as subjetividades da jovem biografada e discutir com maior riqueza de detalhes as suas narrativas oralizadas, bem como o modo como ela foi se tornando pouco visível pelo poder público e desassistida de políticas educacionais e sociais.

Ao eleger o estudo biográfico, valorizou-se o que há de singular nas percepções da biografada, no imbricamento indissociável entre o individual e o coletivo. Fomentou-se visibilidade às questões macrossociais, como é o caso da fome e da evasão escolar, partindo das particularidades que as envolvem no âmbito microssocial da educação formal e informal.

Com aporte teórico na História Cultural (Burke, 2011), utilizou-se a metodologia da História Oral (Ferreira, 2002) para tornar factível constituir uma narrativa biográfica de uma jovem em situação de vulnerabilidade social do município de Maracanaú. Essa escolha teórico-metodológica se fez pertinente por permitir evidenciar relevantes interpretações educacionais e socioculturais a partir da colaboração de sujeitos históricos por vezes marginalizados socialmente (Thompson, 1998), que estão destituídos de direitos básicos e silenciados pelo estigma da inferioridade devido às condições econômicas precárias e à exclusão social (Simões, 2010).

Salienta-se que a pesquisa do tipo biográfica, nos séculos passados, foi relegada a plano inferior de relevância no campo científico por ser considerada subjetiva, imprecisa e pouco confiável (Le Goff, 2003). Entretanto, desde o final do século XX, já há relativo consenso acerca da sua importância, especialmente para as ciências humanas e sociais, pelo fato de ela proporcionar a ampliação da compreensão de aspectos educacionais, culturais, históricos, sociais etc. (Dosse, 2009). Somando-se a isso, “[...] atualmente há importantes trabalhos sobre as narrativas de crianças, adolescentes e jovens” (Meihy, 2002, p. 39), o que possibilita compreender que as juventudes, ao rememorar suas histórias de vida, assumem o protagonismo de si, ainda que interpeladas por uma dada conjuntura social, econômica e cultural que expressa suas facetas nas narrativas (Fialho, Machado & Sales, 2014). Em decorrência, a oralidade juvenil viabilizou estudar cientificamente a interlocução entre apoio familiar, fome, educação e pobreza à luz da história de vida de uma jovem mulher que vivenciou tais situações e que possui uma valiosa percepção sobre a realidade em que está inserida.

A jovem biografada, doravante denominada ficticiamente de Maria, foi selecionada na pesquisa pelo fato de estar frequentando, com seus três filhos, o Restaurante Popular de Maracanaú e por sequer possuir o dinheiro para a sua alimentação, R\$ 2,00 por adulto, de tal modo que, mesmo havendo equipamentos e

políticas públicas de assistência social do município, ela continuava queixando-se de fome. Maria tornava-se não apenas sujeito do estudo, mas indivíduo histórico de narrativa ímpar para a compreensão da inter-relação entre o abandono escolar, a fome, a pobreza e os condicionantes da permanência nessa condição.

Interessa esclarecer que o projeto de pesquisa, antes do contato inicial com Maria, foi submetido à aprovação da Secretaria de Assistência Social e Cidadania de Maracanaú, que emitiu parecer favorável; em seguida, Maria assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que lhe assegurou esclarecimento dos objetivos da pesquisa, riscos, ausência de benefícios e sua maneira de colaboração, bem como o sigilo da identidade e a garantia de participação voluntária sujeita a interrupção a qualquer momento, como determina a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que trata da ética em pesquisa com seres humanos.

Realizaram-se três entrevistas livres, individuais (apenas com Maria e a pesquisadora entrevistadora), de aproximadamente 40 minutos cada, empreendidas em sala reservada, com boa acústica, dentro do Restaurante Popular, no período de julho de 2016 a agosto de 2018. Elas foram gravadas em equipamento digital, transcritas, textualizadas e validadas segundo a técnica geradora de estrutura do discurso (Flick, 2009). Essa técnica permite ao entrevistado que ele tenha acesso à transcrição das suas oralidades, podendo suprimir, complementar ou acrescentar informações para qualificar a pesquisa. Como se trata de um estudo biográfico, a entrevista livre teve como única orientação a solicitação de que Maria contasse tudo o que lembrava a respeito de sua história de vida.

Interessa salientar que esse tipo de pesquisa elege a memória como elemento de importância ímpar, e esta, além de seletiva, constitui-se de esquecimentos e lembranças (Nora, 1993). Dessa maneira, o mote não foi a elaboração de uma história única, inquestionável ou verdadeira, ao contrário, elaborou-se uma narrativa histórica caracterizada por não invisibilizar as subjetividades próprias das ciências humanas, valorizando-as, com vistas a possibilitar interpretações micro-históricas, as quais os estudos macro-históricos, em geral, não conseguem abarcar (Loriga, 2011). Ademais, não houve intenção de fomentar uma história linear ou passível de generalizações (Le Goff, 2003), pois importava tornar factível a compreensão do todo pela parte – afinal, as

histórias individual e coletiva são indissociáveis (Burke, 2011). Ante esse entendimento, discutir analiticamente a narrativa de Maria, à luz da metodologia da História Oral, permitiu tensionar as nuances vivenciadas que impediram a realização de objetivos de vida por conta da restrita formação educacional e carência alimentar.

Resultados e discussões

Maria tem 27 anos e atualmente reside com o esposo e três filhos – que possuem, respectivamente, 12, 7 e 4 anos – no município de Maracanaú. A jovem nasceu na referida cidade, no entanto passou parte de sua infância em Redenção, município localizado no interior do Ceará, distante 55 quilômetros da capital do estado, Fortaleza. Ela contou que teve uma infância difícil, porque morava com os pais e quatro irmãos e porque sua família era pobre. Todavia, o maior problema apontado eram as brigas entre seus pais, que ocorriam com constância, acarretando inúmeras separações entre o casal.

Quando seus pais optavam pela separação, sua mãe ia morar em Redenção e levava consigo os filhos, na casa da avó materna de Maria. Ela relatou que esses períodos eram muito difíceis, pois o pai era o provedor da família; em sua ausência, eles ficavam sem garantia de sustento, dependendo de favores de outras pessoas. Maria iniciou mencionando o seu atraso escolar como decorrência disso:

[...] Estudei até a 4ª série; sou analfabetazinha [risos]! Ler até eu sei, mas escrever [...]. Parei de estudar porque eu engravidei com 14 anos. Comecei a estudar quando eu era criança, mas o pai e a mãe viviam se mudando demais, brigavam, se separavam, aí a mãe ficava lá em Redenção e aqui, ficava lá e cá, aí a gente passava um ano aqui, depois ia pra lá, eu perdia o ano [letivo]. Já vim estudar mesmo depois de velha, com quase 12 anos, aí me juntei, com 12 anos, depois que meu pai morreu.

Maria explicou que sua vida era muito conturbada, pois, além da carência de recursos materiais, ela presenciava brigas constantemente entre seus pais, que repercutiam na mudança de endereço residencial, o que a impossibilitava de ter residência fixa e de frequentar regularmente a escola. Importa destacar que, ao falar de sua infância, Maria se retraía e baixava a cabeça, expressando fisionomia triste. Assis e Constantino (2001) explicam esse fenômeno como “Pingue-Pongue” emocional, pois

ora a figura de referência é o pai, ora a mãe, ora a avó, de modo que as crianças são “jogadas” de um lado para outro, perdendo seu referencial durante a infância, o que prejudica sobremaneira o desenvolvimento das crianças e dos jovens no âmbito psicossocial.

Maria mencionou que os períodos em que viveu com a mãe e os irmãos em Redenção foram bastante difíceis e que inclusive ela e sua família passaram fome.

Já passei necessidade quando eu era criança. Era de a gente acordar e não ter nada para comer, quando a gente morava com minha mãe. Aí tinha um vizinho que fazia tapioca, e menino é espião, né? [risos]. A gente ia espiar, ainda mais com fome, aí ele me dava uma tapioca, e eu corria para casa para dividir com meus irmãos. Todo dia a gente tinha que ir para a casa da avó; chegava lá com fome, tão desconfiada, morrendo de fome. A avó perguntava: ‘Já comeram hoje?’. A gente ficava calado. Aí almoçava e ia para a escola. A mãe saía de manhã atrás de comida, e a gente ficava só; ela só voltava à noite, trazia o que as irmãs ou as amigas dela tinham dado. Como a gente ficava em casa, se ela não voltasse logo, a gente tinha que ir atrás do que comer lá na casa da avó. Não íamos passar o dia de fome! Isso eu tinha uns 10 anos.

Percebe-se que Maria desde cedo vivenciou situações de insegurança alimentar e nutricional, inclusive a fome, pois não tinha acesso a uma alimentação em quantidade e qualidade suficiente para seu desenvolvimento. Em decorrência de toda essa problemática, Maria explicou que teve que trabalhar como empregada doméstica para ajudar na sobrevivência da família, dividindo sua rotina entre o trabalho e os estudos.

Sabe-se que o trabalho infantil priva as crianças de condições fundamentais para o desenvolvimento adequado – frequentarem a escola e estudarem regularmente; terem momentos de lazer e de brincadeira; estarem protegidas contra acidentes, doenças e desgastes – e acarreta problemas no “[...] aspecto psicológico, dadas as limitações das aquisições cognitivas no que refere à aprendizagem escolar” (Sousa & Alberto, 2008, p. 721). Em decorrência do trabalho infantil e da negligência dos seus responsáveis e do Estado, Maria abandonou os estudos aos 12 anos, não diferentemente do que ocorre com muitos jovens brasileiros (Fernandes & Oliveira, 2019). Ela não conseguiu permanecer estudando ante as dificuldades enfrentadas (Carvalho & França, 2019), especialmente por causa do atraso no aprendizado e da necessidade de trabalhar. Ainda assim, mesmo com pouco tempo regular de permanência na escola, ela aprendeu a ler um pouco, mas não conseguia escrever ou interpretar bem aquilo que lia.

Segundo a Constituição Federal do Brasil (1988), a educação é um direito fundamental, inclusive a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/1996, assevera que o ensino fundamental é um direito subjetivo, ou seja, ao mesmo tempo que é um direito, é também um dever, de modo que nenhuma criança deveria estar desassistida da educação formal. No caso de Maria, contudo, não houve qualquer intervenção para assegurar esse condão. Ainda sobre a escola, Maria não se lembrava de nenhum professor que tivesse lhe marcado de maneira especial, também não se recordava de qualquer profissional que tivesse lhe estimulado a permanecer na escola, possivelmente porque a práxis educativa vivenciada era descontextualizada e pouco individualizada, gerando o fracasso escolar, pelo qual a vítima não pode ser culpabilizada (Pereira & Ribeiro, 2017).

Sousa e Alberto (2008, p. 1) estudaram a relação do trabalho precoce com o processo de escolarização de crianças e jovens, constatando implicações psicossociais, tais como: “[...] vivências subjetivas de responsabilidades prematuras; incertezas sobre as perspectivas de futuro e, sobretudo, danos ao processo de escolarização, uma vez que contribui para reprovações, repetências, defasagens, e não raro, para a evasão escolar”. Congruente a isso, Maria contou que, após o falecimento de seu pai, acometido por um câncer, passou a morar na casa da avó paterna, em Maracanaú, e que esse período entre a infância e início da juventude foi bastante complicado, porque sua família não promovia a função protetiva de que ela e seus irmãos necessitavam, tendo ela que assumir responsabilidades inerentes ao mundo adulto.

Olha, mulher, a pessoa que não tem família é muito ruim, porque a minha mãe era perturbada; assim, ela brigava com o pai, aí ia embora; ficamos desbundados [sem nada]. Meu pai morreu também; a gente não tinha onde morar, eu tinha 12 anos, aí fiquei com minha avó. Comecei a trabalhar foi cedo, porque não tinha como a gente se sustentar, porque o pai não tinha nenhum benefício; ele já tinha morrido. Eu trabalhando [pausa em silêncio] [...] em casa de família.

Ela explicou que ter que trabalhar ainda na infância não foi um dos maiores problemas, e sim não ter quem cuidasse dela nesse período da vida. Além de sentir falta de ter um ambiente familiar harmonioso, Maria mencionou que se entristecia por não ter onde morar, tendo que ir viver com a avó em ambiente hostil. Ela contou que essa avó

tinha dois filhos que a maltratavam, tornando a convivência naquele ambiente algo muito conflituoso e sofrido, como explicou:

O pior não foi eu começar a trabalhar cedo, foi eu não ter onde morar, não ter ninguém que cuidasse de mim, [...] quando você não tem ninguém [silêncio] [...]; eu morava com minha avó, que tinha dois filhos: um ficava soltando piada e o outro já queria me bater; um dia deu um tapa na minha cara; eu não podia escutar um som, ver televisão que ele chegava e fechava. Então, tudo aquilo para mim era uma humilhação, entendeu? Não tinha com quem eu pudesse morar, aí foi o jeito; o meu marido chegou e disse que ia me botar dentro de uma casa, e tive que ir. Para mim, foi melhor do que ficar apanhando dos outros; não ia ficar sendo humilhada.

Segundo Maria, o maior problema da sua vida não foi a condição de pobreza, mas as constantes separações dos pais e, por consequência, a ausência deles na vida dos filhos. Considerando que “[...] os recursos psicológicos, sociais, econômicos e culturais dos pais são aspectos essenciais para a promoção do desenvolvimento humano” (Polônia & Dessen, 2005, p. 304), pode-se concluir que a ausência do apoio familiar e a não valorização da escolarização interferiu sobremaneira na trajetória de vida de Maria. Afinal, quando a necessidade da sobrevivência se sobressai, a escola passa a ser um espaço secundarizado na rotina de uma jovem que precisava priorizar o trabalho.

Maria apontou que situações como a gravidez na adolescência, o abandono dos estudos e a união estável iniciada ainda muito jovem não teriam ocorrido se seus pais fossem mais presentes, conforme ressaltou:

Tive que trabalhar cedo, porque assim, sei lá, quando a gente tem a mãe da gente, a família da gente estruturada, a casinha da gente, o pai, né, por mais humilde que fosse, mas se estivesse ali junto, eu acho que eu não tinha me juntado cedo e tido esses meninos, não. Ele era meu primo. Tive o primeiro filho com 15, outro com 19 e outro com 23 anos.

Halbe (2010) aponta que a gravidez na adolescência decorre, dentre outros fatores, da redução da idade do início da vida sexual e da fragilidade de um projeto de vida, e acrescenta que ela está relacionada com uma situação de vulnerabilidade social, pois se vincula à falta de orientação educacional da família e da escola e à dificuldade no acesso aos serviços de saúde. Tais aspectos foram vivenciados por Maria, pois ela se viu obrigada a trabalhar e a abandonar seus objetivos de vida, buscando um

relacionamento amoroso como mecanismo de fuga para ausentar-se das relações parentais conflituosas vivenciadas na casa da avó, que culminavam em humilhações e agressões.

Importa ressaltar que, consoante Gontijo e Medeiros (2004), a literatura científica mais atual trata a gravidez na adolescência como um problema de saúde pública, já que gera riscos ao desenvolvimento não apenas da criança, como da própria gestante adolescente. Nessa direção, Cerqueira-Santos, Paludo, Dei Schirò e Koller (2010) inferem que, apesar de esse fenômeno ser crescente e atingir adolescentes de todas as classes sociais, as meninas mais pobres são as mais afetadas, pois ainda há uma forte correlação entre pobreza, baixa escolaridade e gravidez na adolescência (Bassiano & Lima, 2018).

Apesar de Maria ter tido seus filhos ainda muito jovem, ela afirmou que a maternidade foi a antecipação de um sonho, haja vista que sempre havia almejado constituir uma família harmônica e feliz, diferentemente da sua vivência familiar. Ela contou que o início da sua vida de mãe e esposa foi muito bom, já que pôde ir morar numa casa com ambiente tranquilo, além de o marido e ela não passarem então por dificuldades financeiras, visto que seu esposo trabalhava inserido no mercado formal, tendo todos os direitos trabalhistas garantidos. Ela acrescentou que os problemas financeiros começaram a trazer preocupação após o nascimento do terceiro filho, quando seu marido foi demitido e teve que trabalhar informalmente, numa confecção de roupas, porque não havia conseguido outro emprego estável.

A renda familiar total era de R\$ 782,00. Maria explicou que R\$ 600,00 eram oriundos do pagamento recebido por seu marido, que não ganhava o valor integral de um salário mínimo porque seu patrão havia cedido a casa em que moravam, o qual, em vez de cobrar o aluguel, fazia o desconto no valor do salário. Os outros R\$ 182,00 eram provenientes do Programa Bolsa Família, no qual estavam cadastrados como beneficiários. Maria explicou que apenas a renda mencionada não era suficiente para sustentar todas as despesas da casa, como contas de água e luz, alimentação, vestimenta, material escolar, dentre outras:

Mas o que ele ganha não está dando suficiente para sustentar a gente, porque, por exemplo, eu pego o dele [salário] e inteiro [completo] com o meu [benefício do Bolsa

Família] para poder dar para comprar o da quinzena. Aí eu faço R\$ 150,00 de compras na quinzena [risos]; é pouco, né? Roupas, mulher, eu nunca mais comprei; às vezes, compro de ano em ano. Só compro chinela quando quebra e a água e a luz também pago: só a luz é R\$ 100,00. O salário é para tudo, porque, às vezes, sempre fica um papel dentro; paga um mês, deixa outro.

A maior preocupação de Maria é não deixar seus filhos passarem fome ou se ausentarem da escola, já que essa foi uma experiência que marcou muito negativamente sua infância. Para isso, ela elaborou algumas estratégias pertinentes à alimentação familiar. Narrou que tomam café da manhã composto por cuscuz, ou pão, ou bruaca e café puro. Ela disse que a preferência é o pão, mas nem sempre tem dinheiro para comprá-lo, então ingere os outros alimentos, por custar menos dinheiro. Acrescentou que as crianças comem o mesmo que os adultos, mas o filho do meio reclamava, pedindo leite: “E o meu filho do meio não quer tomar café, só leite. Os outros tomam [café], mas ele só quer tomar leite. Digo que ele é rico, porque só quer tomar leite!”.

Observa-se que a restrição alimentar é tamanha que fazer uso do leite como item alimentício é considerado um luxo, privilégio de quem é rico. Burity et al. (2010, p. 26) defendem que a insegurança alimentar pode ocasionar problemas psicológicos, manifestados por meio de quadros de ansiedade, medo, depressão, dentre outras agruras que assolam “[...] uma família com a falta do alimento de forma regular, ou seja, que o alimento acabe antes que haja condições ou dinheiro para produzir ou comprar mais alimentos”. Pode-se inferir que Maria, ao vivenciar na infância situações de fome aguda, reveladas pela urgência de se alimentar, desenvolveu, ante a insegurança alimentar, o medo de que seus filhos também fossem privados de alimentação diária em quantidade suficiente para saciar a fome, todavia não é possível para ela assegurar os nutrientes necessários para a manutenção da saúde. Consoante Castro (2003) e Monteiro (2003), essa situação é reveladora de como a pobreza, associada à insuficiência de renda, pode acarretar a fome oriunda das desigualdades sociais, fenômeno que assujeita a pessoa a uma situação de vida sub-humana que se torna irreversível, por impossibilitar a constituição e a concretização de projetos futuros em decorrência do imediatismo do esforço empreendido para saciar a carência alimentar.

O emprego do marido lhe assegurava o restante da alimentação diária, no entanto, com a dificuldade de acesso à alimentação para o resto da família, já que a

escola garantia apenas o lanche da manhã, Maria ia com os filhos almoçar no Restaurante Popular, uma unidade pública de alimentação e nutrição pertencente à Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, que está inserida no acompanhamento técnico realizado pela Política de Assistência Social de Maracanaú. Ou seja, um local custeado com recurso público que objetiva oferecer o mínimo de uma alimentação diária para moradores de Maracanaú que não possuíam recursos financeiros suficientes para prover todas as suas refeições. Mesmo frequentando diariamente esse serviço, Maria declarou que, por muitas vezes, não tinha o dinheiro para se alimentar no restaurante, já que se cobrava um valor subsidiado de R\$ 2,00 por pessoa acima de 8 anos de idade. A insuficiência financeira da família era tamanha que Maria, às vezes, havia deixado de almoçar no referido restaurante por não ter a pequena quantia diária necessária.

Todo dia eu tinha que vir com os meninos; eu tinha que pagar R\$ 4,00, mas tinha dia que eu não vinha porque não tinha os R\$ 4,00, daí eu tinha que fazer o almoço em casa, mas na minha casa não tinha tudo que tem aqui, às vezes só tinha o arroz e linguiça, ou salsicha. Aí a menina me indicou que eu fosse no CRAS [Centro de Referência da Assistência Social] pegar o papel que não pagava, aí eu fui no CRAS e peguei a isenção esse mês.

Quando Maria fala em ir “no CRAS pegar o papel que não pagava”, ela se refere ao benefício de isenção da taxa de acesso ao Restaurante Popular oferecido pela Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Maracanaú, distribuído nos CRAS para famílias em situação de pobreza extrema. Para esses usuários, é confeccionado um cartão de acesso que os diferenciam dos demais usuários pagantes, para melhor organização do fluxo de entrada no horário do almoço, bem como para assegurar uma alimentação diária para quem sequer pode pagar o valor subsidiado.

Maria explicou que, mesmo após essa alimentação, que possui qualidade e é balanceada por um nutricionista especializado, não se sentiam satisfeitos até a noite:

Dá 15 horas e eles tão tudo com fome; eu não. E ficam atrás da merenda: ‘Mãe, o que vai ser a merenda? Menino, vai ser bolacha com alguma coisa’. Só às vezes que é leite, porque o leite está muito caro, mas a merenda deles sempre tem; ou ruim ou não, tem que ter, porque o pai deles, quando não dá para pagar uma conta, ele pede emprestado, e

eu inteiro e compro. A gente não deixa faltar o alimento deles; Deus me livre! [...] É assim que a gente vive; desse jeito.

Maria mencionou que é ela quem escolhe os itens que compõem as refeições da família realizadas em casa e explicou que, quando vai ao mercantil fazer as compras de alimentos, acaba levando aqueles itens mais baratos, mesmo que não sejam de qualidade. Como exemplo, ela mencionou que compra salsicha e ovo no lugar de carne. Foi enfática ao declarar que as dificuldades financeiras para suprir as necessidades de alimentação da sua família, bem como as atividades de dona de casa e de mãe de família, consomem boa parte do seu tempo, tendo que abandonar alguns sonhos e projetos, tais como o de prosseguir nos estudos e formar-se enfermeira.

Eu tenho vontade de voltar a estudar; já fui à escola três vezes atrás de reativar minha matrícula, mas não consigo; para mim aprender mais; eu ia ter mais acesso a emprego. Eu sinto falta, eu tenho dificuldade de escrever bem; um exemplo, se fosse para eu escrever numa entrevista, eu não ia conseguir. Eu sonho com emprego, todo dia eu oro a Deus; eu fui fazer uma entrevista mês passado, mas ainda não me chamaram. Se aparecesse em serviços gerais, por exemplo. Ah! Mas meu sonho era ser enfermeira!

Maria declarou que, diante das dificuldades financeiras, seu maior sonho era voltar a trabalhar, para poder se livrar da ansiedade diária gerada para suprir a alimentação da família. Explicou também que até já havia tentado voltar a estudar, mas teve dificuldade de efetivar sua matrícula por conta de alguns documentos exigidos para isso, como histórico escolar; no momento, porém, sua prioridade é assistir a seus filhos. Percebe-se que Maria, mesmo munida de projetos e sonhos, encontra-se impossibilitada de buscar concretizar esses objetivos, pois as condições reais de desemprego e baixa escolaridade, conjugadas à vida de dona de casa e de mãe, fazem com que a jovem se distancie cada vez mais de seus propósitos. Ante toda a negação de direitos relatada desde a tenra infância, como falta de proteção e segurança do núcleo familiar primário, trabalho infantil, escolarização interrompida e gravidez na adolescência, não surpreende que Maria tenha sido impossibilitada de galgar um futuro melhor consoante aquilo que almejava.

A biografia de Maria, uma pessoa comum que não obteve qualquer visibilidade social, imbrica-se com a realidade de inúmeros brasileiros, logo, ainda que não seja

passível de generalização, sua história lança luz à negligência social e política para assegurar direitos básicos constitucionais, bem como às desigualdades econômicas no Brasil. Nessa direção, interessa destacar que, segundo Ivo (2008), há dois tipos de países nos quais se perpetua a extrema pobreza: os primeiros são aqueles em que a riqueza nacional é insuficiente para assegurar o mínimo indispensável a cada um dos cidadãos; e os segundos são aqueles em que o produto nacional é suficiente para garantir condições mínimas de vida e dignidade para seus cidadãos, mas a pobreza resulta da má distribuição da renda. Este último é o caso do Brasil, que se destaca por apresentar uma das taxas mais altas do mundo em desigualdade social, especificamente o município de Maracanaú, pois esta cidade cearense possui renda per capita de R\$ 30.684,40 (Ipece, 2016) e, na contramão, a maioria dos seus habitantes vive com valor per capita inferior a R\$ 372,91 (Ibge, 2010), como é o caso da família de Maria.

Sabe-se que a insegurança alimentar não pode ser reduzida apenas a aspectos econômicos (Valente, 2003), contudo observa-se que as políticas educacionais não alcançaram Maria e que as políticas sociais, além de chegarem tardiamente, apenas lhe atendiam parcialmente, com vistas a amenizar seu problema mais emergencial: a fome. Nesse cenário, Maria vivenciava um desamparo que se expressava no paroxismo da insegurança nutricional (Menezes, 2006), impossibilitando-a de empreender esforços para alcançar a concretude de seu projeto de vida: ser enfermeira.

Ainda que a pobreza e a privação nutricional sejam compreendidas como um processo social que se desenvolve a partir de múltiplos condicionantes (Frangella, 2009), impossibilitando generalizações, a história de vida de Maria permite não apenas lançar lume a problemas emergenciais, como a fome (Castro, 2003), instigando também a reflexão e discussão atinentes ao contexto de negligência do poder público, que sequer tomou conhecimento da violência familiar por ela sofrida; nada fez para impedir o seu trabalho infantil; não lhe assegurou a educação básica; ignorou a sua evasão escolar; não lhe assistiu no âmbito da saúde para prevenção da gravidez precoce; e lhe relegou à extrema pobreza e à insegurança alimentar. Afinal, somente com quase 27 anos de idade, Maria conseguiu ter acesso à política pública de assistência social no que concerne ao provimento de alimentação e benefício do Bolsa Família, o que não conseguiu impedir sequer que Maria superasse a carência nutricional.

Conclui-se, no caso de Maria, que ela já não conseguia investir em objetivos que pudessem tornar seu futuro diferente, pois a condição estigmatizante que envolvia relações de desigualdade e insegurança alimentar, bem como a experiência escolar pouco significativa, não favorecia o investimento na sua educação formal e a qualificação profissional para ingressar facilmente no mercado de trabalho. Ela demonstrava não visualizar uma educação libertadora (Vasconcelos, Fialho & Lopes, 2018); ademais, é possível perceber que a situação de pobreza e carência alimentar “aprisionou” Maria em condições deploráveis de vida, de tal maneira que a sua maior preocupação não extrapolava o plano do presente imediato: manter a família alimentada e os filhos frequentando a escola. Destaca-se que as ações interventivas por parte do poder público, além de somente serem efetivas tardiamente, não possibilitavam mecanismos com vistas a reverter a situação de vulnerabilidade social (Prates, J., Prates, F., & Machado, 2011).

O relato de Maria permite perceber que o imediatismo da necessidade da obtenção de alimentos a impossibilitava de efetivar planos de vida que fomentassem mudança em sua situação de extrema pobreza, dificultando-lhe priorizar a sua educação formal e a busca consciente pela melhoria de vida. Suprir a carência alimentar e angariar recursos para pagar suas contas era seu principal objetivo diário, sendo uma preocupação constante e imediata que a impedia de alçar estratégias de superação da pobreza. Constatou-se que a vivência da restrição alimentar ocasionada pela extrema pobreza possibilita ao indivíduo constituir um perfil de consumo alimentar insuficiente e inadequado (Fialho & Amorim, 2020), que relega a educação formal a segundo plano de importância.

É presumível inferir que o Programa Restaurante Popular e o Bolsa Família tornam-se parte de uma política pública paliativa importante no combate à fome no caso de Maria, mas, ao garantirem apenas refeições saudáveis pontuais e uma ajuda financeira reduzida, não asseguram a quantidade suficiente de comida por dia para sanar a insegurança, o medo e a angústia ocasionados pela vivência da instabilidade do acesso à alimentação, tampouco fomentam condições reais para a superação dessa situação. A biografia de Maria revelou inúmeras negativas de direitos, como à educação, ao lazer, à

alimentação, à moradia, ao amparo familiar etc., o que sinaliza para a necessidade urgente de políticas com mote na redução de desigualdades sociais (Lara, 2016).

Considerações finais

O estudo partiu da inquietação acerca do que havia levado uma jovem a abandonar a escola para constituir uma família aos 14 anos de idade, bem como que políticas públicas – educacionais e sociais – foram-lhe fomentadas com vistas à garantia de direitos constitucionais. Para responder a essa problemática, realizou-se uma pesquisa que objetivou biografar Maria, uma jovem semianalfabeta, na interface com suas experiências de abandono escolar, pobreza, fome e gravidez precoce, o que tornou factível compreender as subjetividades vivenciadas por ela, considerando suas percepções pertinentes: ao contexto educacional familiar e escolar experienciado na infância, ao trabalho infantil, à gravidez precoce, à insegurança alimentar, dentre outros fatores que lhe impossibilitaram de superar a pobreza.

A história de vida de Maria foi permeada pela exclusão, pobreza e negação de direitos constitucionais, o que culminou em uma rotina diária caracterizada pela fome e pelos mecanismos desenvolvidos para saciá-la. A omissão do poder público e da família prejudicou seu desenvolvimento infantil, pois houve a impossibilidade de desenvolver atividades próprias da vida infantil – brincar, estudar, gozar de lazer, desfrutar de proteção e amor etc. Somando-se a isso, Maria se viu obrigada a ajudar com as despesas da casa, ainda criança, o que a fez ingressar no trabalho infantil como doméstica, abandonar a escolarização e perpetuar a situação de pobreza e vulnerabilidade social.

Ademais, a maternidade e o imediatismo da fome interferiram negativamente na possibilidade do alcance dos seus planos, levando-a a investir todo o seu tempo diário no cuidado com os filhos e no provimento de comida para a família, o que a impossibilitou de dar continuidade aos estudos e de mudar sua situação de pobreza.

A história de vida de Maria lança luz a vários problemas sociais, com ênfase à fome, pois este não se reduz à ausência do alimento em si, afinal gera a alienação do futuro. Demonstra, a partir de uma vida que se imbrica em tantas outras, o quão prejudiciais são a desigualdade social e a omissão do Estado ante essa mazela. Dessa forma, constata-se que as políticas educacionais não alcançaram Maria e que as políticas

sociais, respectivamente implementadas pela prefeitura de Maracanaú e pelo Governo Federal, como o Restaurante Popular e o Bolsa Família, constituíram-se programas importantes, mas paliativos e pontuais, incapazes de sanar a necessidade primeira do ser humano, a alimentação.

Por compreender uma pesquisa biográfica, de natureza qualitativa, ainda que seja possível refletir sobre inúmeros problemas sociais a partir de uma única vida, o estudo não permite generalização. No entanto, essa biografia em relato reflete a urgência em implementar ações concretas que possam assegurar os direitos básicos constitucionais aos cidadãos e proporcionar vida digna à população desprovida desse acesso, que possibilitem uma mudança na situação de vida aos que convivem com a vulnerabilidade social.

Propõe-se fortalecer os programas sociais que atuam com o mote de assegurar direitos básicos constitucionais, bem como o fomento assistencial às famílias em situação de vulnerabilidade social, pois é inconcebível que inúmeros brasileiros continuem vivenciando situações de pobreza extrema, convivendo com a fome e o trabalho infantil, distanciando-se da escola e sendo relegados às condições subumanas de vida.

Sugere-se a realização de pesquisas futuras que possam continuar tensionando problemas estruturais, que não podem ser banalizados ou normalizados, a partir de diferentes realidades brasileiras. Pesquisas científicas podem e devem colaborar não apenas para desconstituir preconceitos sobre a pobreza, mas para desenvolver uma sociedade mais justa e igualitária, em que as pessoas possam gozar de condições mínimas para desfrutar de uma vida saudável.

Agradecimentos

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap) pelo financiamento, respectivamente, de bolsa de pesquisa e do projeto de pesquisa.

Referências

- Abramo, H. W., & León, D. O. (2005). *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa.
- Albuquerque, M. F. M. (2009). A segurança alimentar e nutricional e o uso da abordagem de direitos humanos no desenho das políticas públicas para combater a fome e a pobreza. *Revista de Nutrição*, 22(6), 895-903.
- Assis, S. G., & Constantino, P. (2001). *Filhas do mundo: infração juvenil feminina no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Bassiano, V., & Lima, C. A. (2018). Casamentos prematuros em Moçambique: causas e consequências de abandono escolar e meninas com futuros destruídos. *Imagens da Educação*, 8(2), e43085. <https://doi.org/10.4025/imagenseduc.v8i2.43085>
- Brandão, C. R. A. (1981). *A educação como cultura*. São Paulo: Brasiliense.
- Brasil. (1988). Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Brasil. (1996). Lei n. 9.394. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm
- Brasil. (2003). Medida Provisória n. 132. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF. Recuperado de <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2003/medidaprovisoria-132-20-outubro-2003-497302-publicacaooriginal-1-pe.html>
- Brasil. (2004). Lei n. 10.836. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm
- Brasil. (2008). *Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Recuperado de http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/acoes_afirmativas/inclusaoouts/aa_diversos/pol.nacional-morad.rua.pdf
- Brasil. (2010). Decreto n. 7.272. Regulamenta a Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN e institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm
- Brasil. (2012). Resolução nº 466. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas em seres humanos. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF. Recuperado de https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html

- Brasil. (2013). Lei n. 12.852. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/112852.htm
- Burity, V., Franceschini, T., Valente, F., Recine, E., Leão, M., & Carvalho, M. F. (2010). *Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional*. Brasília, DF: Abrandh.
- Burke, P. (2011). *A escrita da História: novas perspectivas* (2a ed., Magda Lopes, Trad.). São Paulo: Universidade Estadual Paulista.
- Carvalho, D., & França, D. (2019). Estratégias de enfrentamento do racismo na escola: uma revisão integrativa. *Educação & Formação*, 4(12), 148-168. Recuperado de <https://doi.org/10.25053/redufor.v4i12.974>
- Castro, A. M. (2003). *Fome: um tema proibido*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Carqueira-Santos, E., Paludo, S. S., Dei Schirò, E. D. B., & Koller, S. H. (2010). Gravidez na adolescência: análise contextual de risco e proteção. *Psicologia em Estudo*, 15(1), 72-85. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S1413-73722010000100009>
- Dayrell, J. (2007). A escola faz as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educação & Sociedade*, 28(100), 1105-1128. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0101-73302007000300022&script=sci_abstract&tlng=pt
- Dosse, F. (2009). *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Fernandes, A. P., & Oliveira, I. (2019). Evasão na EJA: um desafio histórico. *Educação & Formação*, 5(1), 79-94. Recuperado de <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/990>
- Ferreira, M. M. (2002). História, tempo presente e história oral. *Topoi*, 3(5), 314-332. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X003006013>.
- Ferreira, M. M., & Amado, J. (Org.). (2006). *Usos & abusos da História oral* (8a ed.). Rio de Janeiro: Getúlio Vargas.
- Fialho, L. M. F. (2015). *A vida de jovens infratores privados de liberdade*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará.
- Fialho, L. M. F., & Amorim, J. B. C. (2020). Abandono escolar, pobreza e fome: biografia de um jovem negligenciado. *Linhas Críticas*, 26, 1-19. Recuperado de <https://doi.org/10.26512/lc.v26.2020.31794>
- Fialho, L. M. F., Machado, C. J. S., & Sales, J. A. M. (2014). Tráfico de drogas, briga de gangues e homicídios em série: a biografia de um jovem em conflito com a lei. *Projeto História*, 51, 64-98. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/20411>

- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed.
- Frangella, S. M. (2009). *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. São Paulo: Annablume.
- Gontijo, D. T., & Medeiros, M. (2004). A gravidez/maternidade e adolescentes em situação de risco social e pessoal: algumas considerações. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, 3(6), 394-399. Recuperado de www.fen.ufg.br
- Halbe, H. W. (2010). *Tratado de ginecologia* (3a ed.). São Paulo: Rocca.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Ibge). (2010). *Censo Demográfico – 2010*. Rio de Janeiro: IBGE. Recuperado de <https://censo2010.ibge.gov.br/>
- Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece). (2016). *Perfil Básico Municipal 2016 de Maracanaú*. Fortaleza: Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Recuperado de <https://www.ipece.ce.gov.br/>
- Ivo, A. B. L. (2008). *Viver por um fio: pobreza e política social*. São Paulo: Annablume; Salvador: Universidade Federal da Bahia.
- Lara, A. M. (2016). Políticas de redução da desigualdade sociocultural. *Educação & Formação*, 1(3), 140-153. Recuperado de <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/118>
- Le Goff, J. (2003). *História e memória* (5a ed.). Campinas: Getúlio Vargas.
- Libâneo, J. C. (2002). *Pedagogia e pedagogos, para quê?* (5a ed.). São Paulo: Cortez.
- Loriga, S. (2011). *O pequeno X: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Meihy, J. C. S. B. (2002). *Manual de História oral* (4a ed.). São Paulo: Loyola.
- Menezes, L. S. (2006). *Pânico: efeito do desamparo na contemporaneidade. Um estudo psicanalítico*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Montaño, C. (2012). Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. *Revista Serviço Social e Sociedade*, 110, 270-287. Recuperado de <https://pt.scribd.com/document/136367945/a04n110-pobreza-e-questao-social-carlos-montano>
- Monteiro, C. A. (2003). A dimensão da pobreza, da fome e da desnutrição no Brasil. *Estudos Avançados*, 17(48), 195-207. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0103-40142003000200002
- Nora, P. (1993). Entre memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, 10, 7-28. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>
- Pais, J. M. (1990). A construção sociológica da juventude: alguns contributos. *Análise Sociológica*, Lisboa, 25(105-106), 139-166. Recuperado de <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223033657f3sbs8rp1yj72mi3.pdf>
- Pereira, A., & Ribeiro, C. S. (2017). A culpabilidade pelo fracasso escolar e a interface com os “problemas de aprendizagem” em discurso. *Educação & Formação*, 2(2), 95-110. Recuperado de <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/138>

- Polônia, A. C., & Dessen, M. A. (2005). Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola. *Psicologia Escolar e Educacional*, 9(2), 303-312. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s1413-85572005000200012&script=sci_abstract&tlng=pt
- Prates, J. C., Prates, F. C., & Machado, S. (2011). Populações em situação de rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento. *Temporalis*, 11(22), 191-215. Recuperado de <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1387>
- Simões, C. (2010). *Curso de Direito do Serviço Social* (4a ed.). São Paulo: Cortez.
- Siqueira, L. (2013). *Pobreza e Serviço Social: diferentes concepções e compromissos políticos*. São Paulo: Cortez.
- Sousa, O. M. C. G., & Alberto, M. F. P. (2008). Trabalho precoce e processo de escolarização de crianças e adolescentes. *Psicologia em Estudo*, 13(4), 713-722. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/s1413-73722008000400009>
- Thompson, P. (1998). *A voz do passado* (2a ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Valente, F. L. S. (2003). Fome, desnutrição e cidadania: inclusão social e direitos humanos. *Saúde e Sociedade*, 12(1), 51-60. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v12n1/08.pdf>
- Vasconcelos, J. G., Fialho, L. M. F., & Lopes, T. M. (2018). Educação e liberdade em Rousseau. *Educação & Formação*, 3(2), 210-223. Recuperado de <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/278>
- Yazbek, M. C. (2012). Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. *Revista Serviço Social e Sociedade*, 110, 288-322. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-66282012000200005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

Recebido: 04/12/2020

Aceito: 22/01/2021

Publicado: 21/06/2022

NOTA:

As autoras foram responsáveis pela concepção do artigo, pela análise e interpretação dos dados, pela redação e revisão crítica do conteúdo do manuscrito e, ainda, pela aprovação da versão final publicada.